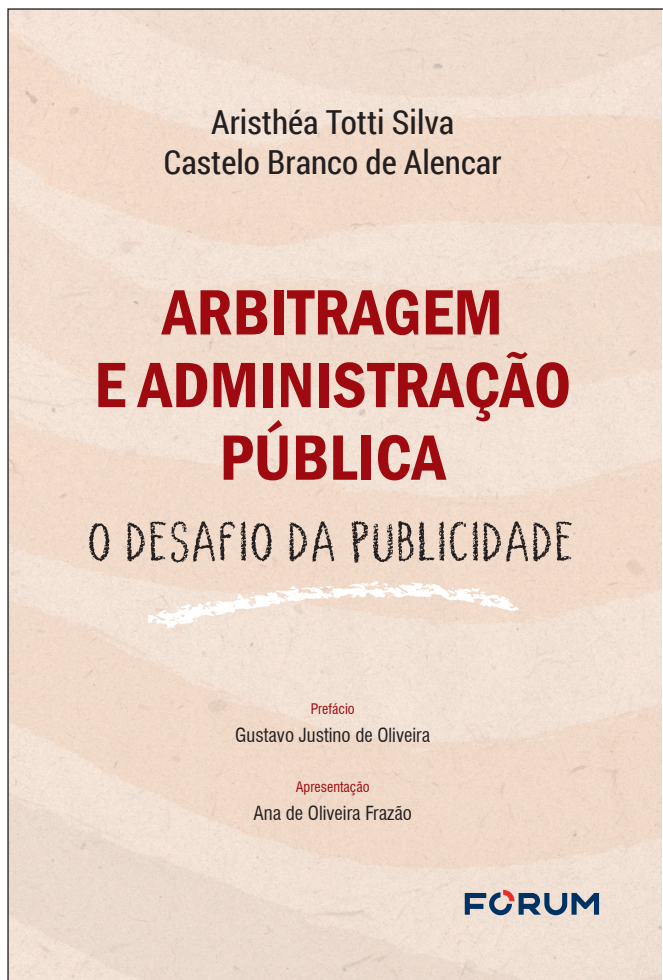




Aristhéa Totti Silva
Castelo Branco de Alencar

ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O DESAFIO DA PUBLICIDADE

Prefácio
Gustavo Justino de Oliveira

Apresentação
Ana de Oliveira Frazão

FORUM

Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar

Prefácio
Gustavo Justino de Oliveira

Apresentação
Ana de Oliveira Frazão

ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O desafio da publicidade

A presente obra, fruto da pesquisa desenvolvida pela autora no mestrado, discute o problema da publicidade na arbitragem público-privada. O estudo apresenta uma teoria geral da publicidade nas arbitragens envolvendo pessoas jurídicas de direito, demonstrando o enquadramento correto da publicidade prevista no §3º do art. 2º da Lei 9.307/1996 e suas as consequências jurídicas. Percorre, também, a sistemática processual prevista na Lei nº 9.307/1996 com o objetivo de propor um desenho processual acerca de publicidade nos processos arbitrais envolvendo a Administração Pública, de modo a demonstrar a imprescindibilidade da divulgação dos atos e informações processuais como meio de controle público sobre o processo arbitral com a Administração Pública.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO PROCESSUAL CIVIL;
DIREITO PÚBLICO; LICITAÇÕES E
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Palavras-chave

ARBITRAGEM; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE; SIGILO.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3920

A368a Alencar, Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de
Arbitragem e Administração Pública: o desafio da publicidade / Aristhéa Totti Silva
Castelo Branco de Alencar. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

222 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0803-3

ISBN digital 978-85-450-0789-0

1. Arbitragem. 2. Administração Pública. 3. Princípio da publicidade. 4. Sigilo. I.
Título.

CDD: 350

CDU: 35

Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), Mestre em Direito Administrativo e Desenvolvimento Estratégico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e em Advocacia Pública pelo Centro Universitário UNA. Advogada da União desde 2005. Membro do Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU). Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB/MG.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Gustavo Justino de Oliveira	15
APRESENTAÇÃO	
Ana de Oliveira Frazão	19
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ARBITRAGEM.....	31
1.1 A chegada da Administração Pública ao território arbitral.....	31
1.2 Os fundamentos da arbitragem público-privada.....	44
1.3 Algumas especificidades da arbitragem público-privada.....	54
CAPÍTULO 2	
TEORIA GERAL DA PUBLICIDADE NA ARBITRAGEM PÚBLICO-PRIVADA.....	65
2.1 A arbitragem como jurisdição e a publicidade processual.....	65
2.2 A confidencialidade como faculdade na lei brasileira.....	72
2.3 O escopo da publicidade processual.....	79
2.3.1 As exceções à publicidade processual nas arbitragens público-privadas	87
2.4 O destinatário do dever de divulgação.....	93
2.4.1 A alternativa da publicidade promovida pelo ente público	94
2.4.2 A alternativa da publicidade promovida pela instituição arbitral.....	99
2.4.2.1 As informações publicizadas pelas câmaras arbitrais	104
2.5 O impacto da LGPD nos processos arbitrais.....	111
CAPÍTULO 3	
A PUBLICIDADE NA FASE PRÉ-ARBITRAL – PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA	119
3.1 A convenção de arbitragem.....	120
3.2 A publicidade administrativa na formação da convenção de arbitragem.....	124
3.2.1 A publicidade em eventual consulta pública e audiência pública	126
3.2.2 A publicação do edital de licitação e a minuta de contrato	131
3.2.3 A publicação do termo de contrato	132
3.3 A previsão das regras da publicidade processual na convenção de arbitragem.....	133
CAPÍTULO 4	
A PUBLICIDADE NA FASE ARBITRAL – PUBLICIDADE PROCESSUAL	137
4.1 A instauração da arbitragem	138
4.1.1 O <i>amicus curiae</i>	141
4.1.2 A intervenção anômala das pessoas jurídicas de direito público	148

4.1.3	A publicação do requerimento de arbitragem.....	150
4.2	A fase de indicação de árbitro	152
4.2.1	A publicação das decisões sobre impugnação de árbitros.....	159
4.3	A celebração do termo de arbitragem	162
4.3.1	A definição da publicidade processual no termo de arbitragem	165
4.3.2	A publicação do termo de arbitragem	169
4.4	A fase postulatória	172
4.4.1	A publicação das manifestações das partes	173
4.4.2	A publicidade administrativa e o sigilo profissional entre advogado público e cliente	176
4.5	A fase instrutória	183
4.5.1	A publicação do laudo pericial	186
4.5.2	A publicidade da audiência arbitral.....	187
4.6	A fase decisória	192
4.6.1	A publicação das ordens processuais.....	194
4.6.2	A publicação da sentença arbitral.....	195
	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS.....	209